

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CONSELHO UNIVERSITÁRIO - CONSUNI

Secretaria dos Órgãos Colegiados Superiores (Socs)
Bloco IV, Segundo Andar, Câmpus de Palmas
(63) 3229-4067 | (63) 3229-4238 | socs@uft.edu.br



RESOLUÇÃO Nº 52, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2021 – CONSUNI/UFT

Dispõe sobre as normas gerais para Ressarcimento Institucional – RI em convênios, contratos ou instrumentos correlatos da Universidade Federal do Tocantins (UFT) com entidades públicas, ou privadas em projetos acadêmicos de ensino, pesquisa, extensão, inovação e desenvolvimento institucional.

O Egrégio Conselho Universitário (Consuni) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), reunido em sessão ordinária no dia 08 de dezembro de 2021, via *web* conferência, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar as normas gerais para Ressarcimento Institucional – RI em convênios, contratos ou instrumentos correlatos da Universidade Federal do Tocantins (UFT) com entidades públicas, ou privadas em projetos acadêmicos de ensino, pesquisa, extensão, inovação e desenvolvimento institucional.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, conforme dados do processo nº 23101.007773/2019-01.

LUÍS EDUARDO BOVOLATO
Reitor



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

**NORMAS GERAIS PARA RESSARCIMENTO INSTITUCIONAL – RI EM
CONVÊNIOS, CONTRATOS OU INSTRUMENTOS CORRELATOS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS (UFT) COM ENTIDADES
PÚBLICAS, OU PRIVADAS EM PROJETOS ACADÊMICOS DE ENSINO,
PESQUISA, EXTENSÃO, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
INSTITUCIONAL.**

Anexo da Resolução nº 52/2021 - Consuni
Aprovada pelo Conselho Universitário em 08 de dezembro de 2021.

Palmas/TO,
2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 52/2021 – CONSUNI

NORMAS GERAIS PARA RESSARCIMENTO INSTITUCIONAL - RI EM CONVÊNIOS, CONTRATOS OU INSTRUMENTOS CORRELATOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS (UFT) COM ENTIDADES PÚBLICAS, OU PRIVADAS EM PROJETOS ACADÊMICOS DE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL.

Art. 1º Nos convênios, contratos e instrumentos correlatos celebrados entre a UFT e entidades públicas ou privadas para o financiamento de projetos acadêmicos em que a gestão financeira e ou administrativa seja atribuída a uma fundação de apoio, incidirá valor destinado a Taxa de Ressarcimento Institucional (RI) da UFT pelo uso do capital intelectual, marca e imagem da instituição, bem como dos serviços e instalações, conforme a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994 e Lei nº 10.973, de 02 de dezembro de 2014, alterada pela Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016.

Art. 2º A título de Taxa de Ressarcimento Institucional à UFT, incidirão no mínimo de 10% sobre o valor da receita bruta dos projetos acadêmicos e serão distribuídos da seguinte forma:

I - 70% (setenta por cento) do valor arrecadado ao Fundo de Desenvolvimento Institucional, que será empregado em ações de interesse institucional (projetos acadêmicos);

II - 30% (trinta por cento) do valor arrecadado destinado ao câmpus ao qual o projeto está vinculado para potencializar a execução do Plano de Desenvolvimento do Câmpus – PDC.

§ 1º Caso o projeto envolva mais de um câmpus, o percentual de ressarcimento previsto será dividido de forma proporcional ao envolvimento de cada participante.

§ 2º Caso o projeto envolva incentivos fiscais e financeiros ao contratante com base na Lei de Informática nº 8.248/1991 através do Comitê da Área de Tecnologia da Informação – CATI, será destinado um percentual de 20% do valor previsto no inciso I para unidade administrativa representante do CATI.

§ 3º Cabe a Fundação de Apoio recolher à Conta Única do Tesouro Nacional, o valor correspondente ao percentual previsto no *caput* deste artigo, durante a vigência do projeto.

§ 4º Para o cálculo da receita bruta definida no *caput* como base para aplicação dos percentuais definidos nos incisos de I e II, poderão ser excluídas as despesas com capital (obras e materiais permanentes) e com a remuneração de estudantes (bolsas e estágio não obrigatório).

Art. 3º Os projetos desenvolvidos nos termos desta Resolução somente serão isentos dos ressarcimentos previstos no *caput* deste artigo mediante:

I - A existência de disposição legal ou de princípios gerais de direito que impeçam tal cobrança, hipótese em que o proponente da isenção deverá apresentar justificativa fundamentada e corroborada por parecer da Procuradoria Federal junto à UFT (PF/UFT);

II - Receitas referentes a taxas de inscrições em congressos, seminários e afins organizados pela universidade ou em associação com entidades profissionais sem fins lucrativos;

III - Projetos acadêmicos que envolvam recursos orçamentários da UFT;

IV - Valores recebidos referentes à transferência de tecnologia ou de licenciamento para outorga de direito de uso ou de exploração de resultados de pesquisa da universidade (patentes, *software*, marcas, cultivares e registros de produtos);

V - A execução de projetos desenvolvidos com agências oficiais de fomento, ou órgãos oficiais de apoio ao ensino, à pesquisa, à inovação, ao desenvolvimento tecnológico, à extensão e ao desenvolvimento institucional, conforme constar no instrumento jurídico decorrente do projeto aprovado.

Art. 4º A Universidade Federal do Tocantins alocação no seu orçamento anual, recursos previstos com o Ressarcimento Institucional.

Art. 5º Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Universitário (Consuni).

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, conforme dados do processo nº 23101.007773/2019-01.

Palmas/TO, 08 de dezembro de 2021.